COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 27.3.2024
COM(2024) 450 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU, O CONSELHO, O COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E O COMITÉ DAS REGIÕES

A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: resultados principais e vias a seguir

{SWD(2024) 450 final} - {SWD(2024) 451 final}

INTRODUÇÃO

Em junho de 2021, a Comissão Europeia definiu uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE até 2040 (a VLPZR[1]). A presidente Ursula von der Leyen lançou esta iniciativa em 2019, reconhecendo que **as zonas rurais são uma parte essencial da identidade e do potencial económico da Europa** e que temos de **preservá-las e de investir no seu futuro** ([2]). Exprimiu igualmente a ambição de uma transição justa que não deixe ninguém nem nenhum lugar para trás. Em 2020, 40 % dos inquiridos das zonas rurais na consulta pública sobre a visão para aquelas zonas afirmaram que se sentiam deixados para trás, sendo esse valor de 60 % para os inquiridos de zonas rurais remotas. A comunicação preconizou a criação de **uma nova dinâmica para as zonas rurais**, mudando a forma como são percecionadas e criando novas oportunidades, dando uma **voz mais forte** às comunidades rurais, que são parte integrante do futuro da Europa.

A pandemia de COVID-19 e a guerra de agressão russa contra a Ucrânia evidenciaram ainda mais o papel central das zonas rurais para a **resiliência** da Europa, conforme referido pelo Conselho em novembro de 2023 e pelo Parlamento Europeu em dezembro de 2022 ([3]). Estas crises acentuaram as preocupações com a **segurança alimentar, a autonomia estratégica**, a adaptação às alterações climáticas e a preservação dos recursos naturais, maioritariamente geridos nas zonas rurais, e dos quais dependem todos os europeus. Embora estes acontecimentos tenham aumentado **as oportunidades para as transições ecológica e digital**, também exacerbaram as fragilidades das comunidades rurais menos atrativas e interligadas e suscitaram preocupações por parte dos agricultores, que, no início de 2024, se manifestaram contra os desafios significativos que enfrentam atualmente. A Comunicação intitulada «**Alterações demográficas na Europa: instrumentos de ação**» chamou a atenção para os desafios inerentes ao envelhecimento, o despovoamento e os défices de competências e de mão de obra que muitas zonas rurais enfrentam ([4]). Salientou que as disparidades territoriais abalam a coesão social e a confiança nas instituições e nos processos democráticos na UE, como demonstrado igualmente na «geografia do descontentamento» ([5]).

A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE (visão para as zonas rurais) identificou **10 objetivos comuns** e **quatro domínios de ação** em prol de zonas rurais **mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas** até 2040. Para alcançar estes objetivos, a Comissão comprometeu-se a lançar um **Pacto Rural** com vista a mobilizar os poderes públicos e as partes interessadas para responder às necessidades e aspirações dos habitantes das zonas rurais. Definiu igualmente um **Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais**, com 30 ações a executar pela Comissão numa série de domínios estratégicos da UE.

O presente relatório traduz o compromisso assumido na Comunicação sobre a visão para as zonas rurais de fazer «um balanço das ações levadas a cabo» e apresentar «um **conjunto de reflexões sobre possíveis orientações para um reforço das ações de apoio e do financiamento para as zonas rurais, bem como sobre as vias a seguir** (...) baseado na execução do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais». Os debates sobre o relatório contribuirão para a reflexão quanto à elaboração das propostas para o período de programação pós-2027. O relatório surge na sequência de um balanço – concluído em meados de 2023 – dos contributos da política agrícola comum (PAC) e da política de coesão para as zonas rurais no período de programação de 2021-2027. O primeiro capítulo fornece uma panorâmica com novos indicadores que descrevem as zonas rurais. O segundo analisa os **30 meses**

([1]) COM(2021) 345 final.

([2]) Comissão, Orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2019-2024 (julho de 2019).

([3]) Conselho da União Europeia, «Conclusions on the Long-term vision for the EU's rural areas» [Conclusões sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE], 15631/23; Parlamento Europeu, Relatório sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, 2021/2254(INI).

([4]) COM(2023) 577 final.

([5]) Comissão, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Rodríguez-Pose, A. *et al*., «The geography of EU discontent and the regional development trap» [A geografia do descontentamento da UE e a armadilha do desenvolvimento regional], Serviço das Publicações da União Europeia, 2023. https://doi.org/10.2776/164290.

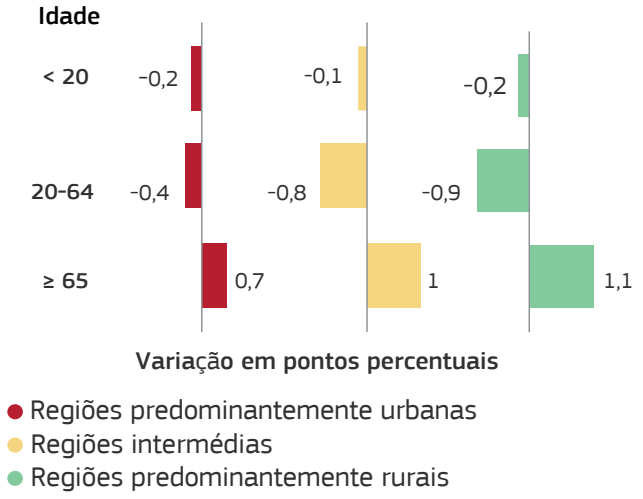
de implementação da visão para as zonas rurais e inclui uma síntese do balanço acima referido. O terceiro descreve as possíveis **vias a seguir** no que se refere ao Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais e ao Pacto Rural; além disso, apresenta ideias sobre o apoio às zonas rurais propostas por outras instituições e partes interessadas da UE, bem como questões para reflexão. Termina com uma descrição das oportunidades para debater estas ideias após as eleições europeias de junho de 2024.

1. NOVOS DADOS NO ÂMBITO DOS QUATRO DOMÍNIOS DE AÇÃO

O documento de trabalho dos serviços da Comissão (SWD) que acompanha a VLPZR ([6]) inclui uma análise exaustiva da situação e da diversidade das zonas rurais. No essencial, esta análise continua pertinente, embora tenham surgido **novos conjuntos de dados com mais informações, que fornecem uma nova perspetiva sobre os quatro domínios de ação da visão para as zonas rurais**. Seguem-se exemplos de indicadores a nível da UE para as zonas e as regiões rurais ([7]). De acordo com os dados mais recentes sobre a população da UE, recolhidos em 2021, **29,6 % da população da UE vive em células de quadrículas rurais** (1 km^2), face aos 30,3 % registados em 2011, o que representa uma ligeira queda de 2,6 milhões de pessoas ([8]).

Zonas rurais mais fortes

Figura 1 *Variação da percentagem da população em pontos percentuais, por grupo etário e por tipologia urbano-rural, no período 2019-2022*



Regiões rurais envelhecidas

A população das zonas rurais com mais de 65 anos aumentou 1,1 pontos percentuais (0,84 milhões), ao passo que as coortes populacionais mais jovens e em idade ativa diminuíram. A média etária da população da UE está a aumentar, mas **as regiões rurais estão a envelhecer mais rapidamente**, devido aos valores mais baixos da taxa de crescimento natural e do saldo migratório.

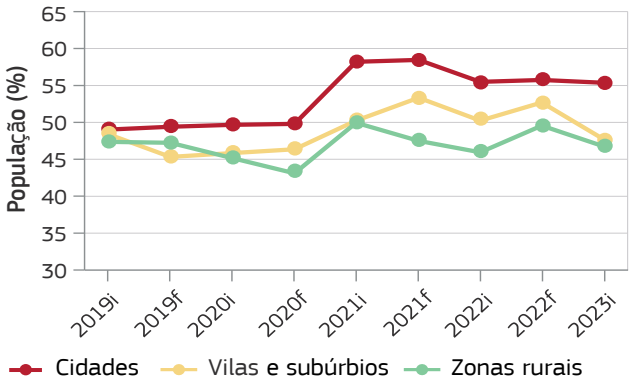
Fonte: Eurostat (quadro de dados em linha: urt_pjangrp3), cálculos do JRC com base na grelha provisória do recenseamento da população de 2021

([6]) SWD(2021) 166 final.

([7]) https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Territorial_typologies_manual_-_degree_of_urbanisation.

([8]) O recenseamento de 2021 alterou a classificação dos municípios e das regiões, resultando em alterações na percentagem de população rural a diferentes níveis, em comparação com os valores constantes da Comunicação sobre a VLPZR (recenseamento de 2011). Este valor baseia-se nos dados de grelha provisórios do recenseamento da população de 2021. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_and_housing_census_2021_-_population_grids&stable=1. Os dados de grelha finais e validados do recenseamento da população estarão disponíveis em junho de 2024.

Figura 2. *Evolução da confiança nas instituições da UE por grau de urbanização*



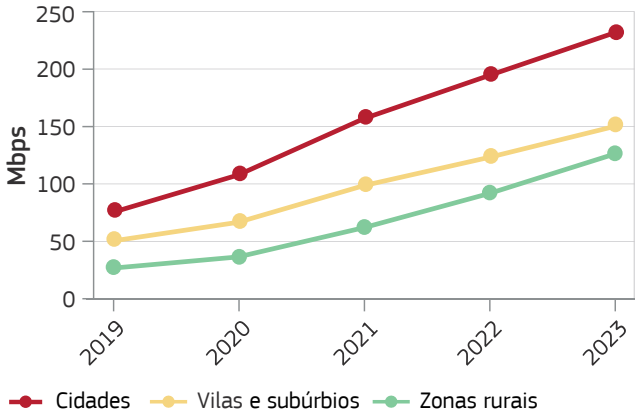
Capacitar as comunidades

Os residentes rurais são mais suscetíveis de confiar nos órgãos de poder local e regional (61 %) do que no seu governo nacional (31 %) ou na UE (47 %).

Fonte: Observatório dos territórios rurais, confiança nas instituições da UE, nas autoridades nacionais e nos órgãos de poder local e regional

Zonas rurais interligadas

Figura 3 *Evolução da velocidade de descarregamento da banda larga por grau de urbanização*

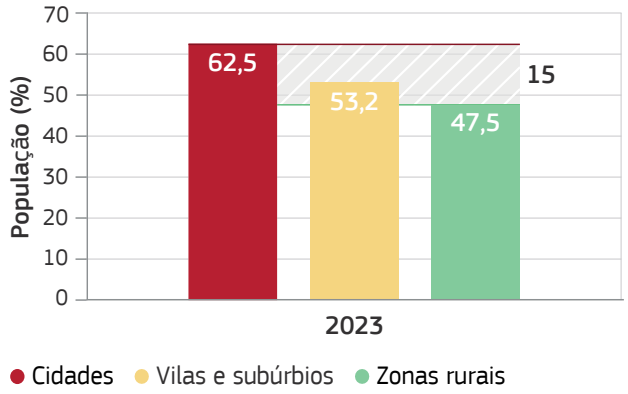


Melhorar a conectividade digital

Os dados relativos à banda larga mostram que a **situação melhorou consideravelmente nas zonas rurais**. No entanto, a velocidade média de descarga nas zonas rurais continua a ser muito inferior à das zonas urbanas.

Fonte: Observatório dos territórios rurais, redes fixas de banda larga

Figura 4. *Pessoas com competências digitais básicas ou mais avançadas em 2023, por grau de urbanização*



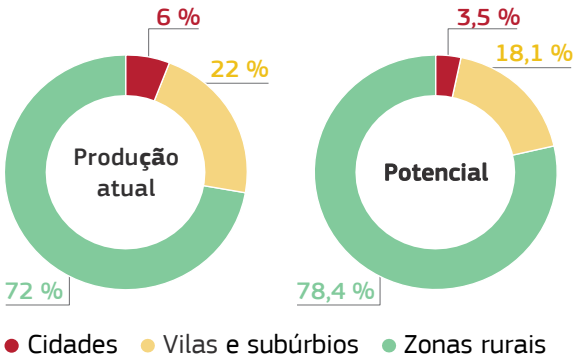
Melhorar as competências digitais

O número de pessoas com competências digitais básicas nas zonas rurais está a aumentar, mas o fosso em relação às cidades mantém-se ao nível de 2021, ficando as zonas rurais 15 pontos percentuais abaixo das zonas urbanas.

Fonte: Eurostat (quadro de dados em linha: isoc_sk_dskl_i21)

Zonas rurais resilientes

Figura 5. *Produção e potencial de energias renováveis por grau de urbanização*

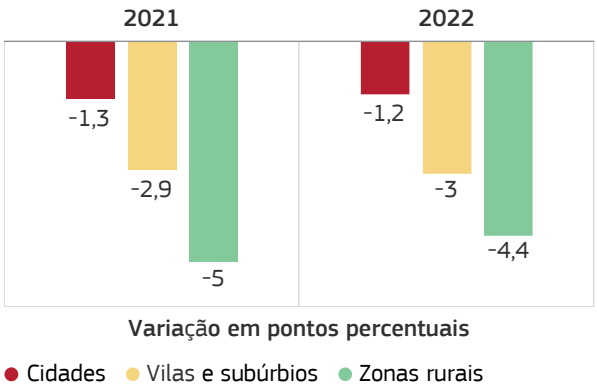


Zonas rurais que potenciam a transição energética

72 % da produção de energias renováveis tem lugar em zonas rurais, que desempenharão um papel importante na transição energética. Estas zonas poderiam produzir a maior parte das energias renováveis da UE, já que representam 78 % do potencial inexplorado.

*Fonte: Perpiña Castillo (*et al.*), «Renewable Energies in EU Rural Areas», POEU, Luxemburgo, 2024, JRC135 612.*

Figura 6. *Análise das disparidades de género dos jovens (15-29 anos) que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (jovens NEET) em pontos percentuais, por grau de urbanização*



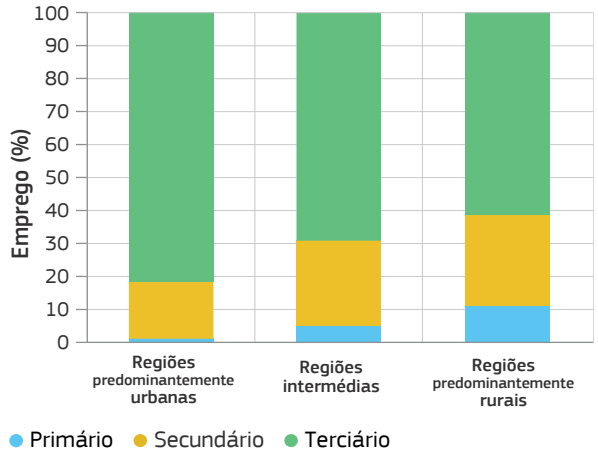
Colmatar as disparidades de género

As zonas rurais registam a percentagem mais elevada (12,6 %) de jovens entre os 15 e os 29 anos que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação. Embora este panorama tenha melhorado, em 2022 a taxa NEET das mulheres jovens das zonas rurais foi de 14,9 %, face a uma percentagem de 10,5 % para os homens (diferença de 4,4 pontos percentuais entre homens e mulheres). A **taxa NEET das mulheres jovens das zonas rurais é a mais elevada, quando comparada com a dos restantes territórios** (2022).

Fonte: Eurostat (quadro de dados em linha: edat_lfse_29)

Zonas rurais prósperas

Figura 7. *Emprego por setor económico em 2021, por tipologia urbano-rural*

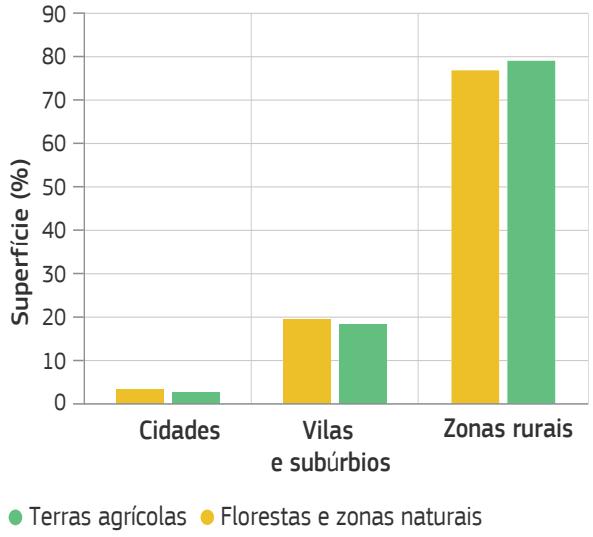


Uma economia rural diversificada

O **setor primário das regiões rurais continua a ser** importante (11 % do emprego, comparativamente com 1 % nas zonas urbanas e 5 % nas regiões intermédias); no entanto, os **setores secundário e terciário têm um papel preponderante**, registando-se uma ligeira diminuição do setor primário (-1 % entre 2018 e 2021).

Fonte: Eurostat (quadro de dados em linha: nama_10r_3empers).

Figura 8. *Percentagem de terras agrícolas, florestas e zonas naturais por grau de urbanização*



As zonas rurais são fundamentais para a segurança alimentar e os recursos naturais

A maioria das terras agrícolas (77 % – 134 milhões de hectares), bem como das florestas e zonas naturais (79 % – 148 milhões de hectares), situa-se em zonas rurais. 43 % das terras destas zonas são agrícolas e 47 % delas são florestas e zonas naturais, sendo a silvicultura essencial para muitas economias rurais, dado que a maioria das zonas com predomínio de florestas se defronta com desafios demográficos. As florestas e o setor florestal dão um contributo ímpar para que as zonas rurais se tornem resilientes e prósperas até 2040.

Fonte: Observatório dos territórios rurais – terras agrícolas, florestas e zonas naturais

2. ANÁLISE DOS 30 MESES DE EXECUÇÃO

2.1. De que forma as políticas da UE contribuem para as zonas rurais?

2.1.1. Política agrícola comum (PAC)

A PAC 2023-2027 proporciona aos Estados-Membros um quadro jurídico flexível para apoiar as zonas rurais através de planos estratégicos da PAC elaborados em conformidade com o princípio da parceria, isto é, com a participação ativa dos órgãos de poder regional e local e dos parceiros económicos e sociais. A Comissão avaliou os esforços conjuntos dos 28 planos estratégicos da PAC no que toca, nomeadamente, ao emprego, ao crescimento e ao desenvolvimento local nas zonas rurais, com base num estudo de levantamento dos referidos planos para 2023-2027. A avaliação inclui um elemento a concretizar sobre o contributo dos planos estratégicos da PAC para os objetivos da visão para as zonas rurais ([9]), centrando-se em intervenções a favor destas zonas que vão além da agricultura. Os Estados-Membros recorreram principalmente a tipos de três intervenções para **apoiar as zonas rurais em domínios que não a agricultura**: i) **investimentos** (fora das explorações e em infraestruturas); ii) **cooperação** (principalmente o LEADER); e iii) criação **de empresas rurais** no âmbito de auxílios à instalação. O financiamento atribuído às várias componentes destes três instrumentos ascende a **24,6 mil milhões de EUR**, ou seja, 8 % da dotação financeira total da PAC (incluindo o cofinanciamento nacional e os complementos) que contribuem diretamente para as zonas rurais em domínios que não a agricultura, ao passo que, indiretamente, toda a PAC dá um contributo abrangente através do apoio à agricultura.

Estes instrumentos são utilizados para apoiar **todos os domínios de ação da visão para as zonas rurais** (zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas). Embora alguns Estados-Membros tenham optado por apoiar os serviços sociais, os parques naturais, os sistemas de mobilidade rural ou a criação de empresas noutros setores que não a agricultura, a maioria dos planos da PAC prevê um número reduzido de intervenções, em especial ao abrigo do LEADER.

As estratégias de desenvolvimento local do LEADER são, por um lado, indispensáveis para **empoderar as comunidades rurais** e, por outro, o principal instrumento dos planos estratégicos da PAC para dar resposta a várias necessidades rurais em domínios como o emprego, a inclusão social ou os serviços. Espera-se que o apoio às «**aldeias inteligentes**» ([10]), dentro e fora do LEADER, ajude a materializar o potencial da **inovação digital, social e tecnológica** nas zonas rurais. Vários planos incentivam a participação dos jovens e das mulheres na iniciativa LEADER, contribuindo para abordar questões relacionadas com a **renovação geracional** e a **igualdade de género**. No entanto, os montantes globais atribuídos ao LEADER (7,7 mil milhões de EUR de dotação financeira total para 2023-2027) não aumentaram em comparação com o período anterior. Num contexto de aumento da cobertura da população rural de **61 % para 65 %**, conjugado com uma diminuição dos contributos de outras intervenções, espera-se que o LEADER faça mais com menos meios.

Para além do LEADER, a avaliação dos 28 planos estratégicos da PAC mostra que alguns planos envidaram novos esforços ou redobraram os esforços existentes para satisfazer as necessidades relacionadas com **a acessibilidade das zonas rurais, melhores serviços básicos e infraestruturas**. No entanto, globalmente, o **nível de ambição diminuiu**, em especial no que diz respeito à conectividade digital e aos transportes. As ações previstas para o desenvolvimento económico incluem o investimento no **turismo, na bioeconomia e nos serviços sociais**, para além

([9]) COM(2023) 707 final; Ecorys, Metis e Agrosynergy, «Mapping and analysis of CAP strategic plans, Assessment of joint efforts for 2023-2027» [Levantamento e análise dos planos estratégicos da PAC. Avaliação dos esforços conjuntos para 2023-2027], 2023; Ecorys, Metis e Agrosynergy, *Taking stock of how CAP strategic plans contribute to the objectives of the long-term vision for the EU's rural areas*, 2023.

([10]) https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/rural-development/supporting-smart-village-strategies_en.

da transformação e da comercialização, bem como a criação de empresas na área da agricultura e da silvicultura, cujo contributo global para o crescimento do emprego ainda tem de ser avaliado.

As intervenções de apoio aos agricultores contribuem para os domínios de ação da visão para as zonas rurais relacionados com a **resiliência e a prosperidade**, que frisam a importância da produção alimentar sustentável e do apoio à renovação geracional. O apoio ao rendimento, nomeadamente em zonas com condicionantes naturais, ajuda a manter a atividade agrícola, inclusive em zonas remotas, **preservando os postos de trabalho e abrandando o abandono das terras e o despovoamento**. O estudo conclui que, para além da agricultura, deveria conferir-se maior atenção a domínios como as empresas rurais e a inovação, a conectividade ou a inclusão social.

2.1.2. Política de coesão

Em 2021-2027, a política de coesão presta apoio às zonas rurais através da sua missão de reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões. Este apoio é abrangente, abarcando todos os objetivos estratégicos (OE) e os domínios de ação da visão para as zonas rurais, e vai muito além de intervenções fisicamente implementadas nas zonas rurais. É canalizado através de **estratégias de desenvolvimento territorial integrado** concebidas e executadas pelas respetivas autoridades territoriais, reforçando o tecido económico e social das zonas rurais.

As intervenções da política de coesão prestam apoio às zonas rurais no âmbito de todos os objetivos estratégicos. Além disso, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) tem, para o período 2021-2027, um objetivo específico de investimento para o «desenvolvimento integrado nas regiões rurais e costeiras», no âmbito do objetivo específico 5.2, para o qual 18 Estados-Membros programaram dotações. Com efeito, uma vez que a política de coesão funciona em regime de gestão partilhada, são os Estados-Membros que elaboram estratégias de base local e atribuem financiamento em conformidade.

A política de coesão visa predominantemente as regiões «menos desenvolvidas» e «em transição». Regra geral, tais regiões têm uma menor densidade populacional e localidades de menor dimensão. Além disso, a maioria das regiões rurais está localizada nestas regiões «menos desenvolvidas» e em «transição». As intervenções da política de coesão têm vastos impactos territoriais (ou seja, não ficam circunscritas a uma pequena área dentro das fronteiras administrativas), pelo que é difícil associar as suas ações a um tipo específico de território.

O principal objetivo estratégico para assegurar um financiamento direcionado para o desenvolvimento das zonas rurais é o objetivo estratégico 5 (OE 5): «Uma Europa mais próxima dos cidadãos». Para além deste novo OE5 transversal e de base local, os restantes quatro objetivos estratégicos temáticos também contribuem para o desenvolvimento rural, nomeadamente através de intervenções territoriais apoiadas por instrumentos. Seguindo a estrutura quadripartida do Plano de Ação para as Zonas Rurais: i) o domínio «**Zonas rurais mais fortes**» é visado pelos OE 1 (Europa mais inteligente) e 4 (Europa social), designadamente através de estratégias de especialização inteligente, incluindo prioridades relacionadas com o setor agroalimentar e a bioeconomia; ii) o domínio «**Zonas rurais conectadas**» é visado pelos OE 3 (Europa conectada) e 1 (Europa mais inteligente), designadamente através de infraestruturas para assegurar a conexão de zonas remotas sem acesso a banda larga de alta velocidade e de capacidade muito elevada; iii) o domínio «**Zonas rurais resilientes**» é visado pelos OE 4 e 2 (Europa mais verde), designadamente através de apoio às energias renováveis e à conservação da biodiversidade; e iv) o domínio «**Zonas rurais prósperas**» é visado pelo OE 1, designadamente mediante apoio às PME em áreas como a maquinaria, a transformação alimentar e a logística.

O apoio às zonas rurais não resulta unicamente de investimentos realizados nessas zonas, mas também de intervenções abrangentes, destinadas, nomeadamente, a reforçar as interações entre zonas urbanas e rurais. As zonas rurais também beneficiam do apoio às **pequenas zonas urbanas**,

que são numerosas e estão geograficamente disseminadas. As pequenas zonas urbanas funcionam como **pontos de referência, bem como polos de infraestruturas e serviços para as zonas rurais**, através de **interações económicas e sociais**, fluxos de mão de obra, conectividade e ligações ambientais, todos eles elementos que podem ser apoiados estrategicamente no âmbito do OE 5 da política de coesão e recorrendo a instrumentos territoriais integrados.

Para dar apenas alguns exemplos: o projeto «Cuidados de saúde e sociais integrados», executado em Banská Bystrica (Eslováquia), mostra de que forma o financiamento da política de coesão (FEDER e Fundo Social Europeu – FSE) contribui para o desenvolvimento rural. Neste caso, atuando numa lógica de cocriação com as partes interessadas locais, uma associação de aldeias e pequenas cidades, juntamente com centros de cuidados de proximidade, criou uma Agência de Cuidados Integrados para Idosos (o projeto prosseguirá no atual período de programação em várias microrregiões). Em Itália, a «estratégia nacional para as zonas interiores» identificou zonas-piloto (principalmente rurais); definiu, da base para o topo, a estratégia local dessas zonas e financiou intervenções relacionadas com a eficiência energética, as infraestruturas sociais, a mobilidade sustentável e a digitalização. A iniciativa continuará a ser executada no período de programação de 2021-2027.

2.1.3. Outras políticas

A **PAC e a política de coesão complementam um amplo leque de outros fundos** e políticas **da UE** que contribuem para os objetivos da visão para as zonas rurais. O documento de trabalho dos serviços da Comissão que acompanha a Comunicação sobre a VLPZR descreve a forma como as políticas da UE contribuem, por exemplo, para a inclusão social, a igualdade de género, o clima e o ambiente, a energia, as pescas e a aquicultura, o bem-estar dos animais, a mobilidade, a digitalização, a vizinhança e o alargamento, a educação, a saúde, a cultura, a indústria ou a concorrência.

O **contributo de vários programas**, como o Horizonte Europa, o Mecanismo Interligar a Europa, o Programa a favor do Mercado Único e o Erasmus, está também patente na descrição das ações do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais, que procura integrar nestas políticas da UE as questões relativas às zonas rurais. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência e os fundos do Instrumento de Recuperação da União Europeia também desempenham um papel importante ([11]). Além disso, o Instrumento de Assistência Técnica (IAT) pode prestar apoio à conceção e execução de reformas no domínio do desenvolvimento rural nos Estados-Membros e regiões da UE.

Não existe na atualidade **uma fonte abrangente que indique e quantifique em que medida estes fundos contribuem para as zonas rurais**. O Parlamento Europeu e o Conselho propuseram que, no futuro, se trabalhasse no sentido de uma identificação e um acompanhamento mais claros do contributo dos instrumentos da UE para as zonas rurais.

([11]) As percentagens estimadas dos fundos do MRR que contribuem para o desenvolvimento das zonas rurais e remotas no âmbito do pilar da coesão social e territorial estão disponíveis em: https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/social.html.

2.2. Em que ponto se encontra a execução do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais?

A VLPZR introduziu um **Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais** que inclui 24 ações temáticas, articuladas em torno dos quatro domínios de ação da visão, e seis ações horizontais. A síntese que se segue é complementada por informações pormenorizadas constantes do documento de trabalho dos serviços da Comissão (SWD) em anexo.

2.2.1. Ações temáticas

Zonas rurais mais fortes

Com base em trabalho especializado ([12]), a **plataforma de revitalização rural** ([13]), lançada em junho de 2023, proporciona um espaço para colaborar e aceder a recursos de interesse específico para as zonas rurais afetadas pelo despovoamento. As visitas no terreno do **Fórum de Alto Nível sobre Política Rural, organizado em Sigüenza** (Castela-Mancha, Espanha), juntamente com o laboratório de políticas «**Tomar medidas para combater o despovoamento rural**» ([14]), que contou com 100 participantes e no qual foram definidas 20 boas práticas, deram um apoio suplementar à ação emblemática, através de intercâmbios de conhecimentos, inclusive presenciais.

No período 2021-2024, um montante superior a 250 milhões de EUR de investimentos em mais de 60 projetos de **investigação e inovação** (I&I) no âmbito do Horizonte Europa contribuiu para reforçar a inovação rural. O «**fórum das aldeias em fase de arranque**» reforçou a compreensão das características e dos motores da inovação rural.

Os projetos SmartRural21 e SmartRural27 estabeleceram orientações para apoiar a emergência de **abordagens de aldeias inteligentes e** proporcionaram eventos de ligação em rede e ideias para soluções inteligentes, além de conceberem e aplicarem políticas de apoio. A rede da PAC da UE organizou vários **eventos e sessões de reflexão** para o **LEADER**, incluindo um subgrupo sobre o «LEADER e o desenvolvimento territorial», bem como seminários que contribuíram para demonstrar o valor acrescentado do LEADER, compreender as dificuldades inerentes ao LEADER multifundos e aumentar a utilização de opções de custos simplificados.

Até ao final de 2024, o «**Estudo sobre a concorrência para utilização dos solos e agricultura sustentável**», atualmente em curso, aumentará os conhecimentos sobre os impactos da evolução setorial no uso dos solos nas zonas rurais da UE. Reforçou-se a atenção prestada à **juventude rural**, através de medidas de inclusão ao dispor dos Estados-Membros no âmbito do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade. Durante o Ano Europeu da Juventude, realizaram-se 13 000 atividades para «impulsionar a juventude rural», tendo a Parceria para a Juventude UE-Conselho da Europa desenvolvido uma vertente de trabalho rural em cujo âmbito realizou um estudo sobre as respostas políticas aos desafios da juventude rural.

Zonas rurais interligadas

A realização de investimentos num total de 23,5 mil milhões de EUR em subvenções, bem como a atualização das regras em matéria de auxílios estatais, estão a melhorar a **conectividade digital** em zonas nas quais os mercados não estão a cumprir esse objetivo. A cobertura de banda larga com tecnologias compatíveis com gigabits aumentou 8,1 pontos percentuais entre junho de 2021 e junho de 2022, alcançando 45 % dos agregados familiares rurais em meados de 2022. O novo **mecanismo**

([12]) https://ec.europa.eu/enrd/rural-revitalisation_en.html.

([13]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/rural-revitalisation_en.

([14]) https://rural-vision.europa.eu/events/taking-action-tackle-rural-depopulation-2023-06-29_en.

de apoio à rede de centros de competências em matéria de banda larga, criado em 2022, desenvolveu as capacidades das administrações e das partes interessadas. Além disso, no período 2021-2024 foram investidos 100 milhões de EUR em I&I para a **digitalização agrícola e rural** ao abrigo do Horizonte Europa.

A conectividade física também beneficia da **rede europeia de mobilidade rural**, que liga os municípios rurais que estão a trabalhar nas soluções de mobilidade criadas pelo projeto SMARTA-NET, financiado pela UE, bem como em ferramentas e orientações. Os cidadãos rurais das periferias urbanas devem beneficiar de uma maior atenção quanto às ligações entre zonas urbanas e rurais, em conformidade com o novo quadro de mobilidade urbana, adotado em 2021, e com **os novos planos de mobilidade urbana sustentável**.

Zonas rurais resilientes

Desde junho de 2022, 27 comunidades de energia rurais beneficiaram de assistência técnica através da **plataforma de aconselhamento às comunidades de energia rurais**, integrada no recém-criado mecanismo para as comunidades de energia. No âmbito da **«Missão Solos»**, mais de 300 milhões de EUR investidos em projetos ajudaram a melhorar a saúde dos solos na Europa, nomeadamente através da ativação da participação das comunidades rurais em laboratórios vivos. Um novo sistema de certificação das remoções de carbono incentiva o **armazenamento de carbono**.

A execução da Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados apoia a resiliência social das comunidades rurais. A Comissão também destacou a **igualdade de género** num seminário específico da rede da PAC da UE e lançou um novo **estudo sobre as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas** (resultados até meados de 2025). A **Garantia Europeia para a Infância**, para a qual todos os Estados-Membros apresentaram os seus planos de ação até 2023, visa assegurar que as crianças socialmente excluídas que vivem em zonas rurais tenham acesso a, pelo menos, uma refeição saudável na escola. Além disso, os projetos de investigação financiados pela UE visam melhorar os conhecimentos sobre a **integração dos migrantes** nas zonas rurais ([15]), tendo igualmente sido postas em prática medidas para assegurar o acesso efetivo a instalações por parte das **pessoas com deficiência** que vivem em zonas rurais.

Zonas rurais prósperas

O empreendedorismo rural foi apoiado através da promoção do comércio retalhista rural e do **Plano de Ação para a Economia Social**. No âmbito deste último, a Comissão incentivou os Estados-Membros a elaborarem um quadro para a economia social, publicou boas práticas em matéria de economia social nas zonas rurais e apoiou o reforço das capacidades da economia social nas zonas rurais, ao abrigo do Programa a favor do Mercado Único (quatro iniciativas apoiadas) e da Rede Europeia de Cidades e Regiões para a Economia Social, divulgando oportunidades de financiamento.

A **Garantia para a Juventude e o Espaço Europeu da Educação** visam apoiar a educação formal, a formação e as oportunidades de emprego nas zonas rurais. Desde 2021, os Estados-Membros continuaram a aplicar, a todos os níveis, a Garantia para a Juventude reforçada. A **Plataforma de Educação Escolar Europeia** e a comunidade em linha para a geminação eletrónica de professores contêm conteúdos específicos sobre o ensino escolar em zonas rurais e remotas, incluindo boas práticas, artigos e pareceres de peritos.

Por outro lado, o desenvolvimento das **indicações geográficas** (171 adotadas desde junho de 2021) e o potencial de emprego e de desenvolvimento económico que representam para as zonas rurais continuarão a ser apoiados através da adoção de um novo regulamento relativo às indicações geográficas para os produtos agrícolas, previsto para a primavera de 2024. Um grupo temático

([15]) https://rural-vision.europa.eu/action-plan/resilient_en#supporting-the-inclusion-of-migrants-in-rural-areas.

específico da rede da PAC da UE analisou a necessidade de **estabelecer redes entre municípios predominantemente florestais**.

2.2.2. Ações horizontais

2.2.2.1. Melhorar e valorizar os dados e as estatísticas rurais

A Comissão aumentou **o número de conjuntos de dados disponíveis para as zonas rurais,** valorizados na **nova publicação «Rural Europe»** [Europa Rural]. **O programa de recenseamento da UE de 2021**, a publicar em meados de 2024, fornecerá pela primeira vez dados ao nível de quadrículas de 1 km^2, permitindo analisar as tendências demográficas ao longo de fronteiras geográficas flexíveis. A proposta de um **novo regulamento relativo às estatísticas europeias sobre a população e a habitação** ([16]) aborda as lacunas estatísticas das zonas rurais por meio de disposições eficazes para recolher mais dados, nomeadamente sobre a migração intrarregional. A Comissão está também a trabalhar em **conjuntos de dados geoespaciais pan-europeus** que permitam a elaboração de estatísticas para as zonas rurais sobre temas como o acesso aos serviços.

Em 2022, a Comissão lançou o observatório dos territórios rurais da UE, uma plataforma de dados ([17]) que visa facilitar a compreensão do desempenho das zonas rurais, com vista a contribuir para a elaboração de políticas. Ao apresentar, produzir e analisar dados e indicadores ligados às dimensões económica, social e ambiental, o observatório dá acesso a uma série de indicadores e visualizações relativos às zonas rurais. Fornece igualmente análises temáticas através de publicações científicas sobre temas rurais proeminentes, como as zonas rurais remotas, as zonas rurais funcionais e as energias renováveis em 2023.

A Comissão desenvolveu uma metodologia para delinear **zonas rurais funcionais** que visa cartografar os espaços nos quais se desenrola o quotidiano dos habitantes das zonas rurais. O valor acrescentado desta metodologia reside no facto de proporcionar uma escala de análise estatística e de dados que melhora a comparabilidade, uniformizando a dimensão das zonas em relação aos municípios e às regiões NUTS 3, bem como de oferecer uma escala pertinente para analisar a prestação de serviços. Publicada como um dos documentos analíticos do observatório dos territórios rurais, em novembro de 2023, a cartografia ([18]) e os respetivos parâmetros estão abertos a debate com os institutos de estatística e as partes interessadas europeias.

2.2.2.2. Criação e aplicação de um mecanismo de verificação rural

A Comissão integrou a verificação rural na **comunicação «Legislar melhor»**, adotada em abril de 2021 ([19]), que insta os serviços a – se for caso disso – terem em conta os potenciais impactos territoriais (nomeadamente rurais) na preparação de novas iniciativas legislativas, bem como a recolherem dados de vários tipos de territórios, incluindo das zonas rurais. O **programa de trabalho da Comissão para 2022** ([20]) recordou igualmente a importância das avaliações do impacto territorial (AIT) e da verificação rural. A **Comunicação relativa ao oitavo relatório sobre a coesão** ([21]), que reflete o disposto na Agenda Territorial 2030, apelou ainda à integração de uma perspetiva territorial nas políticas da UE. O conjunto de instrumentos para legislar melhor inclui a **verificação da necessidade de AIT**, que permite **à Comissão** examinar a necessidade de realizar uma AIT, bem como um **conjunto de instrumentos e metodologias**. Embora possa ser

([16]) COM(2023) 31 final.

([17]) https://observatory.rural-vision.europa.eu/.

([18]) https://observatory.rural-vision.europa.eu/thematic-analyses/functional-rural-areas?lng=en.

([19]) COM(2021) 219 final.

([20]) COM(2021) 645 final.

([21]) COM(2022) 34 final.

uma ferramenta poderosa, a AIT revelou-se consumidora de recursos (a nível de tempo e de competências) e teve uma adesão mais baixa do que o inicialmente previsto. A Comissão realizou uma AIT em 2022 e, já em 2023, analisou os impactos territoriais de duas iniciativas, concluindo, em ambos os casos, que era provável que tais impactos fossem nulos ([22]).

Além da possibilidade de identificar os impactos rurais no contexto da AIT, de acordo com as orientações da Comissão para legislar melhor aplicáveis às iniciativas legislativas, a Comissão explorou ainda as **repercussões rurais das novas iniciativas não legislativas**, sendo que, em muitos casos, os aspetos relativos às comunidades rurais foram tidos em conta com êxito e de forma positiva.

2.2.2.3. Criar um conjunto de ferramentas relacionadas com os fundos rurais

Em dezembro de 2023, a Comissão concluiu a elaboração do **conjunto de ferramentas sobre as oportunidades de financiamento da UE para as zonas rurais**. Este conjunto de ferramentas centraliza as **informações num painel de controlo** para as autoridades locais, as partes interessadas, os titulares de projetos e as autoridades de gestão. Fornece ainda soluções inspiradoras e exemplos de estratégias e projetos de desenvolvimento territorial e local, para tirar pleno partido das oportunidades orçamentais da UE para 2021-2027.

2.3. Lançamento e desenvolvimento do Pacto Rural

A Comissão lançou o Pacto Rural em dezembro de 2021, convidando todas as partes interessadas que apoiam os **10 objetivos comuns** da visão para as zonas rurais a aderirem à nova «**comunidade do Pacto Rural**». Os debates participativos com as instituições, órgãos ([23]) e redes da UE que orientam o Parlamento Rural Europeu ([24]), juntamente com as consultas da comunidade do Pacto Rural, conduziram à aprovação do conceito deste pacto na primeira conferência sobre o mesmo ([25]), realizada em Bruxelas, em junho de 2022. O resultado constitui um espaço formal e um **quadro para impulsionar a cooperação** entre os governos nacionais, regionais e locais, as organizações da sociedade civil, as empresas, os académicos e os cidadãos, **com vista a agir em prol dos objetivos comuns da visão para as zonas rurais**.

A implementação do Pacto Rural pela Comissão fez-se igualmente através das seguintes iniciativas:

- criação, em dezembro de 2022, do «**Gabinete de Apoio ao Pacto Rural**» (RPSO), que presta serviços de ligação em rede e de facilitação à comunidade;
- criação do «**Grupo de Coordenação do Pacto Rural**» (RPCG), que funciona como órgão de governação para orientar o desenvolvimento do pacto rural;
- lançamento da «**Plataforma da Comunidade do Pacto Rural**» ([26]), em junho de 2023; trata-se de uma ferramenta colaborativa em linha de apoio à interação da comunidade.

([22]) Proposta de revisão da diretiva-quadro relativa aos resíduos [COM (2023)420 final] e proposta de diretiva relativa ao Quadro de Tributação dos Rendimentos Empresariais na Europa (BEFIT) [COM (2023)532 final].

([23]) Parlamento Europeu (PE), Comité das Regiões (CR), Comité Económico e Social Europeu (CESE) e presidência do Conselho da UE (ou trio de presidências do Grupo de Coordenação do Pacto Rural).

([24]) Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural (ELARD), Aliança das Comunidades Rurais Europeias (ERCA) e Parceria para a Europa Rural (PREPARE).

([25]) https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2022-07/rural-pact-proposal_en.pdf.

([26]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu.

Em consonância com os seus três objetivos, desde 2022, o Pacto Rural **projetou as vozes rurais**, proporcionando, através de **nove eventos** ([27]), um **novo espaço** para debater questões importantes para o futuro das zonas rurais, em todos os domínios políticos, assim como para desenvolver ideias específicas de **ação** e recomendações com vista à **melhoria das políticas**. O «**Fórum de Alto Nível sobre Política Rural – Configurar o futuro das zonas rurais**», organizado, ao abrigo do pacto, em setembro de 2023, em coordenação com a presidência espanhola do Conselho revelou-se fundamental para a adoção das conclusões do Conselho sobre a visão para as zonas rurais, em novembro de 2023. Vários governos nacionais ou regionais já adotaram pactos ou agendas próprios inspirados no Pacto Rural da UE (é o caso da Chéquia e da Catalunha). Além disso, através dos seus 30 membros que representam as instituições e os organismos da UE ([23]), as organizações que dirigem o Parlamento Rural Europeu, a sociedade civil, as empresas, a comunidade de investigação e o meio académico, o Grupo de Coordenação do Pacto Rural promove uma maior consideração das zonas rurais em todos os domínios temáticos e níveis de governação.

O Pacto Rural também **estruturou a colaboração e a aprendizagem mútua** numa comunidade que passou de 1 300 para **2 350 membros** (em 2023), oriundos de todos os setores e partes da sociedade. Acresce ainda que muitos deles são estreantes no que toca à criação de redes rurais a nível da UE, o que denota a abordagem holística do pacto. A nova plataforma, que recebe cerca de 1 500 visitas mensais, permite que os seus 560 utilizadores acedam a uma **base de dados de recursos** útil, colaborem em **sete «grupos da comunidade»** e se mantenham a par de acontecimentos interessantes. Por outro lado, o pacto interligou e reforçou os conhecimentos dos intervenientes rurais de toda a Europa, através de **40 boas práticas**, de **quatro seminários em linha sobre boas práticas** e do estabelecimento de **ligações estratégicas com 20 outras redes da UE**.

Por último, o pacto promoveu **120 compromissos de atuação nas zonas rurais**, assumidos por organizações (70 %) ou por pessoas (30 %); abrangem uma vasta gama de temas ([28]). As atividades realizadas em 2023 procuraram, em especial, incentivar as autoridades nacionais e regionais a agir, tendo resultado numa súmula de políticas que descreve sete condições para o êxito da execução do Pacto Rural nos Estados-Membros (ver secção 3.2).

([27]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/events/all_en.

([28]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/commitments_en.

3. PERSPETIVAS

3.1. Consolidar os resultados da execução do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais

Embora todas as ações do Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais estejam a ser executadas, importa realizar esforços complementares para concluir algumas delas, devendo outras ser prosseguidas para alcançarem os seus objetivos. Os documentos de trabalho dos serviços da Comissão que acompanham o presente relatório sintetizam o ponto da situação de cada uma das ações e as próximas medidas previstas no âmbito das ações que serão prosseguidas ([29]), assim como uma versão revista do plano de ação.

3.1.1. Agir em prol de zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas

No âmbito das ações para **zonas rurais mais fortes**, a Comissão continuará a desenvolver a plataforma de revitalização rural através de novas funcionalidades; em 2024 atualizará a componente relativa aos recursos. Continuará a investir em novos projetos de investigação e inovação no âmbito dos programas de trabalho do Horizonte Europa para 2025-2027, bem como a promover a interligação dos inovadores rurais de toda a Europa em sede do próximo fórum das aldeias em fase de arranque, que terá lugar em 2024. Um estudo sobre a participação da juventude rural no Erasmus+ produzirá recomendações sobre oportunidades de aprendizagem para a mesma juventude em 2024.

No que respeita a ações no domínio das **zonas rurais interligadas**, a Comissão concluirá o projeto SMARTA-NET com uma conferência final no outono de 2024. Continuará quer a melhorar o quadro regulamentar – a fim de incentivar investimentos em infraestruturas digitais nas zonas mal servidas (principalmente rurais) – quer a prestar apoio à inovação na transformação digital do setor agrícola e de outros setores rurais.

A fim de realizar progressos rumo a **zonas rurais resilientes**, os trabalhos no domínio das comunidades de energia rurais prosseguirão ao abrigo do mecanismo para as comunidades de energia, lançado em 2024. O número de laboratórios vivos que trabalham em conjunto para melhorar a saúde dos solos ao abrigo da «Missão Solos» aumentará com os convites à apresentação de projetos em 2025-2027. Além disso, em 2024, a Comissão dará prioridade ao desenvolvimento de metodologias para a reumidificação das turfeiras.

No atinente ao objetivo de **zonas rurais prósperas**, a Comissão prosseguirá os trabalhos no domínio da economia social e da educação formal. Os pontos de contacto locais para a economia social disponibilizarão apoio entre pares nas regiões rurais; a análise dos progressos realizados pelos Estados-Membros contida na avaliação intercalar da Garantia para a Juventude e do Espaço Europeu da Educação, prevista para 2025, fará face aos obstáculos à equidade, como o fosso entre as zonas rurais e urbanas.

3.1.2. Continuar a melhorar e a valorizar os dados rurais e o observatório dos territórios rurais

A Comissão **prosseguirá o melhoramento das estatísticas rurais**. Na sequência da publicação do recenseamento de 2021, em 2024 publicará uma série de **artigos «Statistics Explained» [Estatísticas explicadas]**, com novos resultados de investigação sobre as zonas rurais. Está igualmente a preparar a **aplicação do novo quadro para as estatísticas europeias sobre a população e a habitação** e prossegue o seu trabalho nos domínios dos dados geoespaciais e dos

([29]) Os elementos constantes das secções 3.1 e 3.2 refletem o intuito da Comissão no momento da adoção, podendo esse intuito ter de ser reconsiderado à luz dos recursos disponíveis para a execução.

conjuntos de dados disponíveis para as zonas rurais, além da publicação «Rural Europe» [Europa Rural].

A Comissão está empenhada em continuar a apoiar o **observatório dos territórios rurais da UE**, para garantir a prestação contínua de investigação e dados sobre as zonas rurais. Em 2024, a tónica será colocada nas interações entre a economia e a demografia, a habitação e a eficiência energética.

A Comissão continuará a desenvolver o conceito de **zonas rurais funcionais**, tendo em conta os contributos das partes interessadas e das organizações internacionais – como o Banco Mundial e a OCDE –, que se empenham em desenvolver geografias funcionais, tanto para as zonas urbanas como para as rurais. Avaliará igualmente a utilidade desta tipologia territorial para fins estatísticos e políticos a longo prazo.

3.1.3. Consolidar a verificação rural

A realização de testes de verificação rural durante dois anos evidenciou a necessidade de aumentar a sensibilização, melhorar a disponibilidade de dados, dotar o processo de melhores recursos e reforçar a coordenação. A Comissão **continuará a utilizar o mecanismo de verificação rural no seu próprio processo regulamentar**, o que levará a uma melhoria progressiva das competências em matéria de integração das questões rurais na elaboração de políticas da UE em todos os serviços. A verificação rural beneficiará da melhoria das estatísticas e dos dados rurais, bem como do desenvolvimento do observatório dos territórios rurais da UE. A Comissão manterá igualmente um **diálogo com os Estados-Membros** sobre o desenvolvimento dose mecanismos de verificação rural a nível nacional e regional, com base no quadro elaborado pelo grupo temático da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural sobre verificação rural a nível nacional, regional e local ([30]), bem como nas conclusões do Conselho, que convidam i) ao reforço da verificação rural a todos os níveis ([3]) e ii) a «*utilizar extensivamente as avaliações do impacto territorial*» nas propostas legislativas para fazer face aos impactos territoriais, se for caso disso ([31]). No que à verificação rural diz respeito, a Comissão continuará também a interagir com organizações internacionais como a OCDE e a Organização Mundial da Saúde.

3.1.4. Acompanhar os progressos em prol dos objetivos da visão para as zonas rurais

A Comissão estudará a possibilidade de criar um **sistema de indicadores simples e pertinentes** para os quatro domínios de ação da visão para as zonas rurais e os seus 10 objetivos comuns, usando como base de referência os elementos constantes do documento de trabalho dos serviços da Comissão que acompanha a Comunicação sobre a VLPZR. O sistema de indicadores basear-se-á naquilo que já existe no contexto das várias políticas da UE que contribuem para a visão, nos trabalhos realizados no âmbito do **observatório dos territórios rurais da UE**, nas estatísticas rurais e nos projetos do Horizonte Europa que visam melhorar os dados rurais, como o RUSTIK e o GRANULAR. Os indicadores utilizados devem estar disponíveis para a Europa no seu conjunto e ajudar a medir periodicamente os progressos em prol da visão para as zonas rurais até 2040.

([30]) https://ec.europa.eu/enrd/enrd-thematic-work/long-term-rural-vision/TG-rural-proofing_en_en.html.

([31]) Conselho da União Europeia, Conclusões sobre o futuro da política de coesão, 16230/23, novembro de 2023.

3.2. Consolidar o Pacto Rural

A Comissão continuará a apoiar a facilitação do Pacto Rural através do **Gabinete de Apoio ao Pacto Rural (RPSO)**, assim como a desenvolver **a Plataforma da Comunidade do Pacto Rural** ([29]).

Em 2024, a Comissão melhorará as características interativas da plataforma colaborativa. Um conjunto de ferramentas multiplicador ajudará os membros da comunidade a sensibilizar para o pacto e para plataforma as entidades que não pertencem à comunidade.

Em 2024, será dado destaque ao **reforço da apropriação e à participação dos intervenientes locais no Pacto Rural**, complementando assim a prioridade da aplicação do pacto **a nível nacional e regional**.

Os esforços envidados em 2023 para **associar os Estados-Membros** ao Pacto Rural serão prosseguidos, aproveitando a dinâmica criada pelas conclusões do Conselho de novembro de 2023 sobre a visão para as zonas rurais, que **incentivam os Estados-Membros a participarem no Pacto Rural e a conceberem estratégias e planos de ação holísticos para as zonas rurais**. O documento de informação intitulado «Concretizar o Pacto Rural nos Estados-Membros» ([32]) fornece orientações às autoridades nacionais e regionais sobre a forma como podem reforçar a governação e o apoio às zonas rurais através de abordagens holísticas, da coordenação dos fundos, de uma maior participação e do reforço das capacidades. O RPSO desenvolverá um primeiro conjunto de «páginas por país», para mostrar de que modo se combinam, nos contextos nacionais, as condições para o êxito da aplicação do Pacto Rural, assim como para inspirar ações por parte de outros Estados-Membros, através da promoção de boas práticas. A Comissão continuará igualmente a cooperar com organizações internacionais que colaboram com os Estados-Membros da UE no domínio da política rural, como a OCDE, a Organização Mundial da Saúde e o UN-Habitat.

O **Grupo de Coordenação do Pacto Rural** continuará a desempenhar o seu papel; juntamente com o RPSO e os seus peritos nacionais, **sensibilizará** as autoridades nacionais e as instituições da UE para as questões rurais. Com base nos considerandos acordados pelo grupo, os membros do Grupo de Coordenação do Pacto Rural tomarão medidas para prosseguir a orientação e o desenvolvimento do Pacto Rural.

Em 2024, o RPSO continuará a colaborar com os **intervenientes a nível local** – em especial os membros que se **comprometeram** a agir – através de um **laboratório de políticas** específico que se debruçará sobre formas de traduzir o Pacto Rural em ações a nível local, **boas práticas** e o estabelecimento de uma estreita colaboração com a comunidade. **Os seminários em linha sobre boas práticas** explorarão oportunidades ligadas a temas específicos de interesse para a comunidade, em parceria com as redes pertinentes.

A próxima **conferência sobre o Pacto Rural, que terá lugar no início de 2025**, procurará reunir os intervenientes locais para debater as realizações, os desenvolvimentos em domínios temáticos fundamentais, as vias a seguir no que toca ao Pacto Rural e ideias sobre as políticas da UE após 2027.

([32]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/publications/making-rural-pact-happen-member-states_en.

3.3. Refletir sobre o modo de reforçar o apoio às zonas rurais no futuro

3.3.1. Contributos das partes interessadas e das instituições

A Comunicação sobre a VLPZR gerou um diálogo rico e proveitoso e sugestões sobre o modo de reforçar o apoio às zonas rurais no futuro. As propostas decorrem de:

- um **diálogo interinstitucional** sobre a VLPZR: o Comité das Regiões (CR) e o Comité Económico e Social Europeu (CESE) emitiram pareceres no início de 2022 ([33]), seguidos da resolução do Parlamento Europeu (PE), em dezembro de 2022 ([34]), do relatório da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu sobre a Agenda Territorial Europeia 2030 ([35]) e das conclusões do Conselho da União Europeia (Conselho), em novembro de 2023 ([36]);

- **resultados dos principais eventos do Pacto Rural:** grandes conferências sobre o Pacto Rural ([37]), incluindo o Fórum de Alto Nível sobre Política Rural – Configurar o futuro das zonas rurais, o Grupo de Coordenação do Pacto Rural ([38]) e os intercâmbios com a comunidade do Pacto Rural ([39]), espelhando o caráter ascendente da visão;

- o **Parlamento Rural Europeu**, referido na Comunicação sobre a LTVRA como um fórum de intercâmbio sobre a aplicação da visão rural, em especial a «Declaração das populações rurais de Kielce» ([40]) e o manifesto ([41]).

Apresenta-se de seguida uma panorâmica não exaustiva, centrada em ideias prospetivas. **Essas ideias não representam a posição oficial da Comissão**.

Muitos contributos indicaram a necessidade de transformar a visão para as zonas rurais numa estratégia rural da UE([33,34,36,37]), desenvolver estratégias rurais integradas a nível dos Estados-Membros ([33,34,36,37]), melhorar a coordenação, pela Comissão, das diferentes direções-gerais contribuintes, em benefício das zonas rurais ([37]), integrar os indicadores e as metas pertinentes para as zonas rurais nos mecanismos de acompanhamento existentes ([33,34,37]) e melhorar o apoio financeiro àquelas zonas, através da criação de um fundo específico da UE ou do reforço das abordagens multifundos ([33,34,37,39]). Os contributos defenderam igualmente a consolidação e a racionalização da assistência financeira aos pontos de acesso únicos ou aos «balcões únicos» para

([33]) Parecer do Comité das Regiões – Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, NAT-VII/021, 2022; Parecer do Comité das Regiões – Metas e instrumentos para uma Europa rural inteligente, NAT-VII/030; e parecer do Comité Económico e Social Europeu – Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE (JO 2022/C 290/22).

([34]) Parlamento Europeu, Relatório sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, 2021/2254(INI).

([35]) Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, Relatório sobre a implementação do desenvolvimento territorial (RDC, Título III, Capítulo II) e a sua execução na Agenda Territorial Europeia 2030, 2023/2048 (INI).

([36]) Conselho da União Europeia, «Conclusions on the Long-term vision for the EU's rural areas» [Conclusões sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE], 15252/23.

([37]) Conferência sobre o Pacto Rural, Bruxelas (15-16 de junho de 2022): https://rural-vision.europa.eu/events/rural-pact-conference-2022-06-15_en, Conferência do Pacto Rural, Suécia (3-4 de maio de 2023): https://rural-vision.europa.eu/events/rural-pact-conference-sweden-2023-05-03_en e Fórum de Alto Nível, Espanha (27-29 de setembro de 2023): https://rural-vision.europa.eu/events/shaping-future-rural-areas-2023-09-27_en.

([38]) https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/RPCG_en.

([39]) Laboratório de políticas sobre a tomada de medidas para combater o despovoamento rural (junho de 2023), https://rural-vision.europa.eu/events/taking-action-tackle-rural-depopulation-2023-06-29_en e laboratório de políticas sobre a preparação do caminho para a visão para as zonas rurais através de fundos da UE (dezembro de 2023), https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/events/eu-funds-paving-way-rural-vision_en.

([40]) Parlamento Rural Europeu, *Rural people's declaration of Kielce*, 2022

([41]) http://elard.eu/wp-content/uploads/2023/01/European-Rural_Parliament-Manifesto-Final-2022-1.pdf.

efeitos de orientação e financiamento para as zonas rurais ([37]), a reserva de fundos para as zonas e regiões rurais com limitações naturais ou demográficas ([35]) e a afetação de uma percentagem mais elevada de recursos financeiros aos instrumentos dedicados ao desenvolvimento rural local, nomeadamente o LEADER e o desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) ([34;37]). As partes interessadas consideram importante reforçar a refinação dos dados disponíveis a nível local ([33,36,37]), prosseguir a aplicação da verificação rural às propostas políticas a nível da UE ([33,34,37]) e incentivar os Estados-Membros a aplicarem a verificação rural ([33,36,37]) e melhorar o acesso às atividades do observatório dos territórios rurais ([33,34]), bem como a participação nas mesmas.

A nível da UE, nacional, regional e local, os contributos centram-se nos seguintes aspetos: simplificar os procedimentos e os requisitos para os beneficiários com uma capacidade administrativa limitada para aceder aos fundos ([34,36,39,40]) e criar um programa para o LEADER e o DLBC em regime de gestão direta, diretamente acessível aos participantes – por exemplo, grupos de ação local (GAL) ([37,40]). Muitos contributos sugerem a prestação de apoio político e financeiro para reforçar a capacidade das comunidades rurais, nomeadamente através da elaboração de estratégias e projetos, da mentoria entre partes e do intercâmbio de boas práticas ([33,34,36,37,41]). As partes interessadas propõem também recorrer aos GAL para desenvolver também as capacidades e a ligação em rede a nível local ([37,41]), criar «balcões únicos» para prestar assistência, serviços e mediação de inovações ([37]) e criar mecanismos para partilhar boas práticas com regiões e países terceiros ([33,41]).

Os contributos consideram importante o seguinte: apoiar, no âmbito da PAC, intervenções específicas para as comunidades rurais em setores que não o agrícola e o florestal – como a construção para a eficiência energética e a renovação de habitações e mobilidade ([33,34]) –, disponibilizar serviços e infraestruturas essenciais, abrangendo aspetos como o acesso à terra, à educação, à saúde, às infraestruturas digitais e à conectividade ([33,34,36,37]), apoiar a juventude e as mulheres das zonas rurais, facilitando o seu acesso ao financiamento, proporcionando oportunidades de emprego, formação e educação diversificadas e flexíveis, e envolvendo-os na conceção das políticas e nos processos de tomada de decisões locais ([34,36,37,39]).

3.3.2. Vias a seguir

No seu conjunto, as propostas e recomendações acima resumidas dão um contributo útil para a reflexão sobre as futuras políticas para as zonas e as comunidades rurais e servirão de base às reflexões sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) pós-2027. A Comissão congratula-se com os pareceres do Parlamento Europeu, do Conselho, do CR e do CESE e toma nota das recomendações neles incluídas. Toma igualmente nota das propostas apresentadas pelas autoridades nacionais e pelas partes interessadas. O presente relatório não prejudica as decisões sobre a proposta para o próximo QFP, que a Comissão apresentará em 2025. Os temas mais proeminentes abordados até à data pelas instituições e organismos da UE e pelas partes interessadas exigem que sejam tidas em conta as seguintes **questões**:

- Quais os principais desafios decorrentes do despovoamento, das transições em curso e das mudanças estruturais relativamente aos quais as intervenções da UE têm um valor acrescentado?
- Quais as melhores formas de abordá-los de forma direcionada, tendo em conta as diferentes necessidades das várias comunidades rurais?
- Como reforçar o apoio financeiro às zonas e comunidades rurais através de fundos da UE, nacionais e regionais, nomeadamente através da melhoria das sinergias e complementaridades entre elas?
- O que é preciso para melhorar o financiamento, a qualidade da execução e a eficácia por meio de instrumentos territoriais como o DLBC/o LEADER?
- Como melhorar o acompanhamento e a avaliação dos recursos destinados às zonas e comunidades rurais, provenientes dos diferentes fundos e programas da UE?

- O que é necessário para, através de regras mais simples, procedimentos otimizados e capacidades administrativas reforçadas, melhorar o acesso dos beneficiários finais aos apoios?
- O que pode ser feito para assegurar uma aplicação mais ampla e eficiente do mecanismo de verificação rural a nível da UE, nacional e regional?
- Quais os melhores instrumentos políticos para assegurar que as zonas rurais beneficiam de apoio institucional em matéria de governação, integrado a todos os níveis?
    - a nível da UE, transformar a visão para as zonas rurais numa estratégia teria valor acrescentado em termos de ações significativas no terreno?
    - como pode a UE continuar a ajudar os Estados-Membros, as regiões e as comunidades locais a estabelecer estratégias e planos de ação rurais de âmbito nacional e regional?
- Como melhorar a disponibilidade de estatísticas e dados rurais pertinentes para as políticas sem aumentar os encargos administrativos?

4. CONCLUSÕES E PRÓXIMAS ETAPAS

Estão a ser executadas todas as 30 ações que a Comissão se comprometeu a realizar na sua comunicação de 30 de junho de 2021. Foram concluídas nove, das quais sete estão a ser alvo de seguimento através de novas atividades. Paralelamente, o Pacto Rural ganhou ímpeto, expresso numa comunidade em crescimento, num órgão de governação, numa plataforma e num gabinete de apoio para projetar as vozes rurais, assegurar a ligação em rede dos intervenientes e aconselhar as autoridades públicas e as partes interessadas sobre a forma como podem satisfazer as necessidades e aspirações dos habitantes das zonas rurais. O Pacto Rural tem de chegar ao nível local, traduzindo-se em ações significativas no terreno. Para que tal aconteça, as ações a nível da UE podem ajudar a concretizar a visão para as zonas rurais em 2040, mas não são suficientes: é também indispensável um forte empenho e envolvimento a nível dos Estados-Membros e a nível regional e local.

O exercício de balanço realizado para identificar aquilo que foi programado para as zonas rurais nos **programas da PAC e da política de coesão** mostra como as políticas da UE contribuem para os objetivos da visão para as zonas rurais para o período 2021-2027 (ou 2023-2027, no que se refere à PAC) e revela os atuais limites da identificação do apoio às zonas rurais. Os resultados servirão de base aos debates sobre o futuro destas políticas.

A consecução dos 10 objetivos comuns da visão para as zonas rurais até 2040 é um esforço a longo prazo que exige o prosseguimento das ações e políticas ao longo dos períodos de programação e a todos os níveis de governação.

A Comissão está empenhada em executar e consolidar as ações empreendidas para executar o Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais e o Pacto Rural, no âmbito do atual quadro financeiro plurianual. No contexto da preparação das propostas da UE para o orçamento pós-2027, que deverão ser adotadas até meados de 2025, a Comissão analisará propostas e contributos das instituições e organismos da UE, das organizações de partes interessadas e da comunidade rural em geral.

No âmbito do Pacto Rural, um **laboratório de políticas**, a realizar no outono de 2024, e a **conferência sobre o pacto rural**, que terá lugar no início de 2025, proporcionarão plataformas para debater as questões estratégicas incluídas no presente relatório e permitirão que os membros da Comunidade do Pacto Rural e todas as partes interessadas do meio rural se pronunciem sobre o futuro. A Comissão manterá a comunidade rural a par das oportunidades para apresentar contributos para **consultas públicas e atividades de envolvimento** em vários domínios políticos. O Grupo de Coordenação do Pacto Rural trabalhará em conjunto com a Comissão e com o RPSO para assegurar que os pontos de vista da comunidade são recolhidos e integrados nos processos de elaboração de políticas.

Para além dos debates no contexto do Pacto Rural, serão organizadas atividades específicas no âmbito de cada uma das políticas de apoio da UE. A Comissão assegurará que as partes interessadas do meio rural estejam bem representadas nestes processos, em conformidade com as orientações para legislar melhor atualizadas em 2021, que preconizam a consulta de partes interessadas de diferentes tipos de territórios. No que se refere à **PAC**, os resultados do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura lançado pela presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, darão um contributo adicional para a reflexão. No que diz respeito à **política de coesão**, o nono relatório sobre a coesão traça vias de reflexão, nomeadamente para as zonas rurais. As orientações e os tópicos serão objeto de um amplo debate no Fórum da Coesão, que terá lugar em 11 e 12 de abril de 2024. Noutros domínios estratégicos, a Comissão será convidada a ter em conta as implicações das futuras políticas para as zonas rurais, em consonância com o mecanismo de verificação rural criado na sequência da adoção da visão para as zonas rurais.